

ECONOMIA CULTURAL E CRIATIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS GASTOS PÚBLICOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

THAÍS MARCULINO DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ANA MARIA VICENTE DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

HERLANE CHAVES PAZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Introdução

A economia cultural e criativa tem sido estudada como alternativas para promoção do desenvolvimento econômico e ampliação da competitividade das economias capitalistas, diante das transformações do mundo pós-moderno, tendo o Estado como ator preponderante. Parte-se da premissa de que, tendo em vista a contribuição da economia cultural e criativa para o desenvolvimento no mundo pós-moderno, faz-se necessário esforços na promoção de políticas e financiamentos para o fomento desses setores.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Pergunta: qual panorama recente dos gastos públicos voltados para o setor cultural e criativo no âmbito da economia brasileira? Objetivo: traçar um panorama recente dos gastos públicos voltados para o setor cultural e criativo no âmbito da economia brasileira.

Fundamentação Teórica

As transformações do final do século XX enfatizaram a economia cultural e criativa como vetores alternativos para promoção de uma nova estratégia de desenvolvimento econômico. (CORAZZA, 2013). Em meio a esse cenário, a criatividade também é imbricada com a cultura e são vistos como peças-chave para um novo modelo de desenvolvimento, pautado nas vertentes econômica, social e cultural (FLORIDA, 2002). Se destacam pela natureza de seus elementos, uma vez que seus produtos/serviços como os livros, filmes e a música, geram mais rendas de exportação do que produtos manufaturados (HOWKINS, 2001)

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa quantitativa exploratória e descritiva, em que serão coletados dados secundários do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC-IBGE). Também se configura como pesquisa documental, sendo utilizados relatórios que subsidiarão as análises do presente estudo. Por fim, os dados serão analisados através de análise comparativa.

Análise dos Resultados

Observou-se que, inicialmente que os gastos com cultura e criatividade fazem parte de uma grande pasta de despesas enfatizando a cultura. Também se observou que os gastos públicos efetivos com cultura são crescentes tanto em nível total quanto em nível estadual e municipal, mas foi identificado uma tendência decrescente dos gastos para a esfera federal, sendo esta, a esfera que menos contribui. Os municípios são os maiores encarregados. Por fim, foi observado uma tendência à concentração dos gastos, mais especificamente para a região sudeste do país.

Conclusão

O presente estudo trata-se de uma pesquisa introdutória acerca de um panorama dos gastos públicos com cultura e criatividade, não pretendendo se esgotar as possibilidades de análise, mas permitiu evidenciar a complexidade e a urgência do debate acerca do setor cultural e criativo, sobretudo, em perspectiva brasileira. Ao fazer isso, lança indagações que podem subsidiar análises futuras como por exemplo, a dinâmica de eficiência e eficácia do gasto público no setor cultural e criativo, a qualidade e efetiva fiscalização dos gastos públicos do setor cultural e criativo, entre outros.

Referências Bibliográficas

CORAZZA, Rosana Icassatti. Criatividade, inovação e economia da cultura: abordagens multidisciplinares e ferramentas analíticas. Revista Brasileira de Inovação, v. 12, n. 1, p.207-231, 2013. FLORIDA, R. The rise of the creative class. And how it's transforming work, leisure and everyday life. New York: Basic Books, 2002. HOWKINS, J. Creative economy: how people make money from ideas. Penguin Global, 2002.

Palavras Chave

Economia cultural e criativa, Gastos públicos, Economia brasileira

ECONOMIA CULTURAL E CRIATIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS GASTOS PÚBLICOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela temática economia cultural e criativa se expandiu, substancialmente, a partir do final da década de 1970, em meio as flexibilizações no modo de produção capitalista no âmbito do volume a produzir, das formas de produção, das conexões interpessoais, do papel do Estado na economia e do controle da força de trabalho. Essas transformações acabaram por influenciar estudos que englobam variáveis, antes negligenciadas, como: cultura, instituições, capital social, capacidade de governança das comunidades locais e sustentabilidade socioambiental. Nesse contexto, os territórios e as aglomerações de empresas acabam emergindo como focos importantes de aplicação e análises de políticas públicas.

Assim, o avanço em escala global da internacionalização produtiva, da intensificação da terceirização da manufatura, com a consequente redução do emprego industrial associada à expansão dos serviços, influenciou o entusiasmo e a expansão das pesquisas e o fomento de políticas públicas nas áreas de economia cultural e criativa. Estas áreas, por sua vez, foram reconhecidas como vetores alternativos para promoção de uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e ampliação da competitividade das economias capitalistas (CORAZZA, 2013).

Nesse sentido, a cultura e a criatividade têm sido utilizadas como elemento propulsores para o desenvolvimento no contexto da pós-modernidade e, embora, o conceito de cultura seja essencialmente semiótico, a cultura pode ser compreendida como sendo o conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os sistemas de valores, as tradições e as crenças e serviços criativos (UNESCO, 2001).

Por sua vez, a dimensão da criatividade é imbricada com a cultura e ambas são vistas como peças-chave para um novo modelo de desenvolvimento, pautado nas vertentes econômica, social e cultural (FLORIDA, 2002). Assim, a criatividade passa pela dilatação do conceito de economia cultural, se desmembrando no conceito de economia criativa. Nesse sentido, a criatividade é a configuração de elementos simbólicos e culturais em um determinado grupo, sendo estabelecida através de um consenso da sociedade, ou seja, um reconhecimento social da capacidade criativa, marcada por criar algo valioso e útil para a sociedade ou um grupo (GODART; SEONG; PHILLIPS, 2020).

Assim, a economia criativa pode ser descrita como o conjunto de atividades nas quais a criatividade e o capital intelectual são a matéria-prima para a criação, produção e distribuição de bens e serviços (HOWKINS, 2002). Ademais, para o autor a cultura e a criatividade assumem um papel relevante no processo de geração de valor entre o passado e o planejamento para o futuro. Em outros termos, a valorização da economia cultural e criativa passaria pela essencialidade entre o desenvolvimento socioeconômico e ambiental que dá respostas às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade e as necessidades das gerações futuras, assumindo também, a capacidade de preservação cultural entre gerações.

Recentemente, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2021), em 2020, a cultura e criatividade foram incorporadas às deliberações dos países do G20 para lidar com a urgência na recuperação da crise sanitária provocada pelo Covid-19. Este reconhecimento mundial é complementado por uma maior evidência da transversalidade da cultura e criatividade na promoção do desenvolvimento, o que corrobora e justifica a necessidade de estudos que problematizam e aprofundam as temáticas acerca da economia cultural e criativa.

Apesar das iniciativas tanto globais quanto nacionais em promover a recuperação econômica realçando a importância dos setores cultural e criativo, também se intensificam as preocupações em termos de políticas e financiamento, tendo em vista que, o papel do Estado torna-se preponderante para o desenvolvimento desses setores. No Brasil em particular, a sustentabilidade da economia cultural e criativa depende fundamentalmente das leis de incentivo fiscal e propostas orçamentárias que visam fomentar as atividades desses setores. Assim, no âmbito da economia brasileira o desenvolvimento dos setores cultural e criativo passa essencialmente pelas ações de políticas públicas.

Em meio a este diagnóstico, neste trabalho é lançado o seguinte problema de pesquisa: qual o panorama recente dos gastos públicos voltados para o setor cultural e criativo no âmbito da economia brasileira? Parte-se da premissa de que, tendo em vista, a contribuição da economia cultural e criativa para o desenvolvimento no mundo pós-moderno, sendo estas temáticas vistas pela sociedade contemporânea inclusive como um dos pilares da sustentabilidade, faz-se necessário esforços na promoção de políticas e financiamentos para o fomento desses setores.

Como forma de estruturar o pensamento para fins de verificação empírica dos temas aqui discutidos, foi elaborado o seguinte objetivo: traçar um panorama recente dos gastos públicos voltados para o setor cultural e criativo no âmbito da economia brasileira. Em termos metodológicos, este estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa exploratória e descritiva, em que foram coletados dados secundários do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC-IBGE), e analisados através de análise comparativa dos dados e informações.

Além deste conteúdo introdutório, o artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: a fundamentação teórica que destaca as mudanças nos padrões de desenvolvimento em que tem a criatividade como aspecto importante e a contribuição que a economia criativa e cultural apresenta. Em seguida, são explicitados os procedimentos metodológicos utilizados, a apresentação e a análise dos resultados e por fim, são traçadas as conclusões.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Novos padrões de desenvolvimento

Após a década de 1980 a sociedade passou por um processo de desregulamentação, típico de uma sociedade pós-industrial, com mudanças nas relações sociais e produtivas, flexíveis, descentralizadas e culturalmente integradas por uma vertente pós-moderna. Em suma, são organizações voltadas para a globalização de suas fronteiras, focadas na economia do conhecimento e organização em rede. Temas como terceirização, aprendizagem, conhecimento, criatividade, inovação, diminuição de escopo, entre outros, passam a fazer parte do dia a dia das organizações (PETTIGREW, 2003). Nesse período ocorre um grande salto tecnológico oriundo da revolução da informação, projetando o desenvolvimento e a utilização da automação e da robótica nas corporações o que provocou alterações nas relações de trabalho e de produção do capital (ANTUNES, 2005).

Segundo Castells (2002) a revolução da informação é um evento histórico semelhante a revolução industrial, pois promove um padrão de descontinuidade nas esferas econômicas, sociais e culturais. E quanto mais próximo forem as relações entre os locais de inovação e comunicação e utilização de novas tecnologias, mais rápido são as transformações da sociedade e mais positivo será o retorno. Para o autor, as transformações da revolução da inovação podem ser divididas em três estágios: microeletrônica, computadores e telecomunicações e acontecem como uma necessidade da própria sociedade.

No entanto, o padrão global de desenvolvimento está sendo questionado pela concepção de uma economia também regionalizada. Outros modelos de economia, como economia

cultural e criativa, que busca absorver padrões regionais econômicos, entram nas discussões, (FONTES, 2013), incluindo também os modelos voltados para a sustentabilidade.

Há um consenso na literatura de que a sociedade tem passado por mudanças e transformações significativas, no entanto, não há definição se esses paradigmas coexistem na sociedade ou se os novos estão tomando espaços dos velhos, também não se tem certeza sobre a que nível estas prováveis mudanças chegaram (FONTES, 2013). Há quem defenda que esses paradigmas coexistem na sociedade (PETTIGREW, 2003).

Independente da sobreposição de paradigmas, o que se discute é a necessidade da adaptação às transformações do mundo pautado em uma lógica informacional. Nesse contexto, entra em cena o papel da criatividade e da cultura. Os indivíduos têm uma tendência à criatividade, e, sua prática é inevitável na dinâmica da sociedade atual (RECKWITZ, 2020).

2.1 Cultura e Criatividade

O conceito de cultura envolve tanto os elementos de crenças, saberes e modo como as pessoas vivem, quanto aspectos da prática individual das pessoas. Diante disso, podem surgir dentro de determinadas culturas, certas contradições, escolhas alternativas ao modo de vida vigente em determinado lugar, dando início às práticas discriminatórias e/ou a diversidade cultural.

As culturas não são estacionárias e únicas, as identidades culturais são múltiplas e abertas às transformações e fluxo de experiências compartilhadas. Ademais, a cultura está enraizada em uma grande potência criativa, em que se refere às formas menos tradicionais de expressões das identidades culturais, expressando modos de vidas delineados (FVG, 2020).

Por sua vez, a criatividade é uma configuração de elementos culturais, simbólicos e materiais. Ela decorre de uma combinação de símbolos, ideias ou objetos, realizadas através das práticas de trabalho e de uma relação estabelecida socialmente, na medida que envolve relações de rede. A criatividade vem da sociedade para a sociedade e é produzida por indivíduos, grupos e organizações. Ela é estabelecida através de um consenso da sociedade, ou seja, um reconhecimento social da capacidade criativa, marcada por criar algo valioso e útil para a sociedade ou um grupo (GODART; SEONG; PHILLIPS, 2020).

A criatividade se apresentaria de duas formas: a primeira relacionada a criação de algo novo, e a segunda com a figura moderna do artista e com a estética em geral. Assim, o fenômeno criativo está ligado aos processos de estetização social, apesar de não serem um único conceito. A criatividade é uma forma específica de estética. O conceito de estética se desloca na direção da complexidade e da sensibilidade perceptiva incorporada na conduta humana, cujo caráter multifacetado sem dúvida o torna particularmente relevante para a sociologia e a história cultural (RECKWITZ, 2020).

Em meio as concepções teóricas acerca da cultura e criatividade, o que se discute é o papel de ambas como elementos de contribuição para um novo modelo de desenvolvimento, exigidos pelos paradigmas sociais e ambientais que se instalam a partir do final do século XX. Além disso, o entendimento sobre esses elementos está sendo considerado cada vez mais um canal para democracia cultural, do que sua associação com a excelência estética e dos padrões das obras de arte profissionais. Esse entendimento é um avanço no estudo da cultura e criatividade, que por muito tempo foi abordada apenas do ponto de vista do seu caráter instrumental nos estudos das indústrias culturais e criativas. Como vetor puramente mercadológico, foram consideradas como ponto de partida para o Capital, sendo pouco explorada seu potencial e abundância produtiva (LEE, 2022).

Nesse campo, a crítica às indústrias culturais e criativas apontadas por Caves (2000), surge pelo fato de apresentarem as seguintes características: excesso de oferta persistente no trabalho criativo; incerteza quanto ao potencial de sucesso. Isso tudo leva a um sistema de

produção contínua. Mesmo que sacrifique a qualidade do resultado, ou seja, o elemento da criatividade passa a ser comprometido, diante da necessidade de produção contínua. Essa precariedade, pode ser analisada do ponto de vista, tanto do produto, quanto da organização e da indústria como um todo (PELTONIEMI, 2015).

Com os avanços de estudos nessa área e principalmente com a pandemia do Covid-19, abordar a temática em questão, vai além da ligação estrita com os impactos econômicos. O olhar para a cultura e criatividade contribuiu com o próprio setor, quando colocou as dificuldades dos artistas e produtores nos centros das atenções, principalmente com soluções via tecnologias da informação. Além disso, os termos cultura e criatividade estão cada vez mais ligada à criação de valores, não apenas econômicos e estéticos, mas científicos, sociais e ambientais (LEE, 2022).

De modo geral, o que se busca no presente estudo não é ir contra a ideia de indústria cultural e criativa, pelo contrário, defende-se que tanto a cultura quanto a criatividade foram colocadas à porta do Capital, para manter um padrão de acumulação de acordo com os ditames do mundo pós-moderno. No entanto, ressalta-se seu potencial produtivo, que pode ser colocado à disposição da sociedade e da economia, para busca de soluções criativas e sustentáveis, principalmente em lugares menos desenvolvidos. Isso é analisado a partir do estudo de economia cultural e criativa nas seções subsequentes.

2.3 Economia Cultural e Criativa

Dentre os desdobramentos dos estudos sobre a criatividade são encontrados na literatura temas como indústrias criativas (CAVES, 2000), as cidades criativas (LANDRY, 2000), a classe criativa (FLORIDA, 2002) e economia criativa (HOWKINS, 2001). Esta última é pautada na ampliação e aprofundamento do estudo de indústrias criativas. O conceito de economia criativa passa a englobar aspectos mais amplos, integrando setores de fora do domínio das artes, como por exemplo a ciência (CORAZZA, 2013).

No atual contexto de mudanças nas formas de produção e distribuição de riqueza nas sociedades, é contestada a importância da manufatura como forma preponderante de crescimento econômico. Entra em cena os aspectos ligados à economia cultural e criativa, uma vez que seus produtos/serviços como os livros, filmes e a música, geram mais rendas de exportação do que produtos manufaturados (HOWKINS, 2001). Em geral, esses produtos/serviços são protegidos por alguma forma de direito de propriedade intelectual, isso gera um novo debate, em torno da necessidade de protegê-los ou democratizá-los. Esse debate não é objeto de estudo deste trabalho.

O que se discute é o potencial da economia cultural e criativa como forma de contribuir com a solução de alguns problemas socioambientais, inclusive no contexto atual de pandemia. Seu conceito está pautado na ideia de ativos culturais e criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico. As estimativas até 2019 eram de que o mercado global de produtos da Economia Criativa saltou de US \$208 bilhões em 2002 para US \$509 bilhões em 2015 (UNCTAD, 2010).

A classificação de economia criativa adotada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) contém adaptações do setor produtivo no Brasil, assim utiliza os dados de participação no PIB e empregos gerados pelo setor na economia a qual, está relacionada com a economia cultural, pois engloba aspectos da cultura através do processo de inovação.

Além disso, a economia criativa parte do conceito de indústria cultural, o termo foi ampliado para indústrias culturais, uma vez que buscou reconhecer a complexidade e a interconectividade dos diferentes setores. Diante disso, o termo evoluiu para indústrias criativas por meio de uma evolução política do conceito (KONG, 2014).

A economia criativa no Brasil tem como núcleo a indústria criativa, tendo como eixos a cultura, o consumo, mídias e tecnologias. A cultura envolve aspectos como expressões culturais, patrimônio e artes, música e artes cênicas. O consumo envolve os aspectos de publicidade e marketing, arquitetura, design e moda. Por sua vez, as mídias englobam a relação editorial e audiovisual. Por fim, a tecnologia envolve as TICs, P & D e a biotecnologia (FIRJAN, 2019).

Fahmi, McCann e Koster (2017) chamam atenção para o fato de que, nem tudo que é da indústria cultural também deve ser considerado como criativo, para tanto é preciso que as indústrias culturais levem em consideração a inovação na formação de seus produtos culturais e consequentemente criativos. Ao fazerem estudos na cidade de Bandung na Indonésia, concluem que em países em desenvolvimento, adotar a visão econômica pode surtir efeitos positivos. No entanto, é necessário levar em consideração os aspectos locais, através da remodelação de instituições, da cultura por criatividade e do papel das políticas públicas.

Também, deve-se levar em consideração os efeitos negativos dessas economias, como faz os estudos críticos da área. A economia criativa transforma os aspectos culturais em artefatos meramente econômicos (KONG, 2014). Existe uma tensão entre a necessidade de lucros crescentes e a ambição artística. A motivação unicamente orientada pela arte, dificilmente trará o retorno financeiro almejado. Fica esse desafio de fazer a conciliação viável para atingir os objetivos de ambos os envolvidos. Além disso, a velocidade de criação de novos gêneros, produtos e formatos, gera o desafio para os gestores em serem criativos e inovadores. Para tanto, a conciliação do trabalho do gerente artístico e do gerente de produção é necessária. Necessidade de um equilíbrio da arte com o que se pede no mercado. Por fim, os ganhos prometidos por esse setor são em geral centralizados (PELTONIEMI, 2015).

Mas, os estudos recentes discutem a economia criativa a favor de uma abordagem dinâmica e holística para a promoção do patrimônio cultural, através de suas formas materiais e imateriais e como motor do desenvolvimento sustentável. Principalmente em países em desenvolvimento, por meio da crescente importância atribuída aos recursos inexplorados e renováveis. Defende-se que efeitos negativos dessa economia podem ser superados estendendo a esfera do patrimônio cultural a todas as áreas de desenvolvimento (VENCATACHELLUM, 2019).

Nesse contexto, o papel do Estado na intermediação entre os aspectos da economia cultural e criativa deve ser pautado nas premissas de que: essas economias fazem parte de uma dinâmica social, não apenas do ponto de vista econômico. Dentro de um cenário político, se deve buscar resolver os problemas de centralização dos ganhos e investimentos, no qual pode beneficiar alguns grupos, mesmo que a ação venha ser localizada (WARREN; JONES, 2015).

A economia cultural e criativa sofreu fortes impactos diante da pandemia do Covid-19. Apesar dos seus desdobramentos e capacidade de ressignificação através dos meios criativos e digitais, o setor foi significativamente afetado. No Brasil, já foram pensadas políticas para a retomada do setor cultural e criativo. Ações como: facilitação do acesso a crédito, renegociação de dívidas de impostos, renegociação de empréstimos e créditos concedidos, preparação para o novo mercado de consumo pós-COVID-19. Além disso, a retomada das ações de fomento, que envolve atividades de financiamentos com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual, ampliação do fomento à cultura por parte das empresas estatais, promoção e lançamento de editais e chamadas de projetos (FGV, 2020). Também cabe destacar a aprovação da Lei Aldir Blanc (Lei n. 14.017/2020) com ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, com recursos a serem repassados aos estados e municípios.

Assim, observa-se que esse setor tem potencial contributivo para o crescimento econômico, inclusive em países em desenvolvimento, de maneira que, o papel do Estado na formulação das políticas é preponderante. Destaca-se o papel dos investimentos públicos nesses

setores, não apenas em tempo de pandemia (investimentos emergentes), mas investimentos que contribuam para incentivar e fomentar o setor cultural e criativo no Brasil, com vistas ao desenvolvimento desse setor, que também é destaque para o mundo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo o critério de classificação baseado nos objetivos, o tipo de pesquisa adotada durante a construção deste trabalho é do tipo exploratória-descritiva e apoia-se sobre a abordagem analítica dos dados e informações de forma quantitativa. Quanto ao tempo, o estudo é caracterizado como longitudinal, ou seja, tendo como foco avaliar o efetivo desenrolar dos processos, evidenciando sua dinâmica ao longo do tempo, tendo como período de análise os anos de 2015 a 2020. A escolha do escopo temporal deu-se em função dos fins e objetivo da pesquisa, que possui o intuito de traçar um panorama recente dos gastos públicos voltados para o setor cultural e criativo no âmbito da economia brasileira.

Seguindo o critério baseado nos procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental, ou seja, desenvolvida com base em material já elaborado, especialmente a partir da base conceitual explorada ao longo da fundamentação teórica e que consistiu na coleta de obras capazes de fornecer ao pesquisador os elementos teóricos necessários ao desenvolvimento da pesquisa. Por sua vez, a pesquisa documental se vale de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objeto da pesquisa (GIL, 2008). Diante disso, foram coletados dados de registros estatísticos, associados ao relatório técnico e boletins informativos do Sistema de Informações e Indicadores Culturais - SIIC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Nesse sentido, a amostra de dados secundários que fundamentou a análise do estudo foi obtida através do SIIC-IBGE. O critério para escolha da base de dados refere-se ao fato de que o marco referencial que subsidia os estudos e pesquisas do SIIC-IBGE propõe uma classificação das atividades culturais em setores, os quais são denominados de domínios culturais. Esta classificação encontra-se em linha com as análises teóricas abordadas ao longo do presente estudo em torno das discussões sobre economia cultural e criativa, levando em consideração também a não existência de uma base de dados para gastos públicos direcionados exclusivamente para a criatividade. Porém, seguindo a lógica do próprio conceito de economia cultural adotada no SIIC-IBGE, é possível observar que a criatividade aparece enquanto extensão ao setor cultural.

Os domínios culturais representam um conjunto de produção de bens, atividades e práticas culturais centrais, distribuídas nos seguintes setores: patrimônio, artes performáticas, artes visuais, edição e impressão, mídias audiovisuais e interativas, design e serviços criativos. Além dos domínios culturais centrais são considerados mais dois domínios culturais periféricos a saber: transversal, que compreende o patrimônio cultural imaterial, educação e capacitação, arquivos e preservação, equipamentos e materiais de apoio, e o relacionado ao turismo, esporte e recreação, que buscam evidenciar a importância do ciclo de produção e transmissão da cultura.

Como observado, o marco referencial proposto pelo SIIC-IBGE abrange setores da economia cultural e criativa. Como aponta Kong (2014) e Florida (2002), a criatividade é relacionada com a cultura e ambos setores são vistos como peças-chave para o modelo de desenvolvimento pós-moderno de maneira que, é possível afirmar que a criatividade passa pela dilatação do conceito de economia cultural.

Os dados extraídos foram tabulados, apresentados e posteriormente analisados com o auxílio do *software* Excel através da análise comparativa dos dados e informações, com a realização de cálculos e transformações matemáticas básicas, buscando-se desenhar o perfil descritivo e comparativo das despesas públicas efetivas com cultura e criatividade na economia

brasileira, no período de 2015 a 2020, traçando-se adicionalmente uma análise dos gastos governamentais em termos regionais. Os critérios que apontam a validade e confiabilidade da pesquisa envolvem a reflexividade e a descrição clara, rica e detalhada dos dados e informações e procedimentos envolvidos na pesquisa (PAIVA JUNIOR, et al, 2011).

Os procedimentos metodológicos da pesquisa podem ser resumidos da seguinte maneira: i) levantamento teórico/bibliográfico; ii) levantamento de dados e informações pertinentes aos gastos governamentais com cultura e criatividade na economia brasileira; iii) extração, tabulação e apresentação dos dados; associado a construção dos objetos de análise; iv) análise comparativa das informações geradas; v) construção das considerações, contribuições e limitações da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No contexto da economia brasileira, a preocupação e o apoio governamental à cultura e à criatividade é relativamente recente. De acordo com Henkin et al (2016), é a partir do primeiro governo varguista em 1930, que a cultura encontra espaço no sistema de gestão das políticas públicas brasileiras, como campo inicialmente vinculado à educação. Nos períodos subsequentes este setor foi marcado por uma intensa regulação das atividades culturais emergentes no país, com internalização do aparato estatal de parte da produção cultural, especialmente durante o período do regime militar. Em 1985 com a redemocratização da economia brasileira ocorre a criação do Ministério da Cultura que condicionava uma nova forma de interação entre o ente público, o mercado e os agentes culturais e criativos, tendo como um de seus principais marcos a criação da Lei de Incentivo à Cultura (LCI) (nº 8.313/1991), comumente conhecida como Lei Rouanet.

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, consolidou-se o campo da cultura enquanto direito, e aponta o Estado como o viabilizador desse direito. Em seu artigo 215, fica estabelecido que: “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Isso implica que a promoção da cultura por parte do Estado passa a ser um dever, o que por sua vez, deve compor a dinâmica orçamentária do mesmo.

Em linhas gerais, o incentivo e o fomento à cultura pelo governo federal ocorrem sob duas grandes vias gerenciais da sua política fiscal. Por um lado, através da LCI que atua como o principal catalisador de recursos à cultura, através das renúncias fiscais, onde basicamente o governo renuncia parte da arrecadação do imposto de renda para que agentes privados se engajem em mecenato, financiando diretamente as atividades e os bens culturais. Do outro lado, o incentivo e o fomento à cultura ocorrem através do gasto público, com políticas culturais do orçamento direto. É sob a segunda via de ação fiscal que a presente pesquisa se debruça, embora seja importante ressaltar que a renúncia fiscal é uma política preponderante no contexto de incentivo e fomento à cultura no país, superando a dinâmica dos gastos orçamentários com o setor (HENKIN et al, 2016).

Em relação às despesas com cultura, a tabela 1 apresenta a alocação das despesas governamentais efetivas em valores correntes, considerando as três esferas de governo no período de 2015 a 2020. A referência dos registros governamentais considerada para a amostragem é a classificação por função, que têm como princípio a finalidade de aplicação dos recursos públicos.

De acordo com o Ministério da Economia a função cultura representa no orçamento público o conjunto de ações que visam o desenvolvimento, a difusão e a preservação do conhecimento adquirido e acumulado pela humanidade. Esta função relaciona-se com duas subfunções a saber: patrimônio histórico, artístico e arqueológico, cujas ações são voltadas à preservação, levantamento e cadastramento do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e

cultural e ações de difusão cultural, que tem o objetivo de difundir a cultura para toda a população, apoiando as entidades envolvidas (BRASIL, 1999).

Tabela 1 – Despesa total com cultura Federal, Estadual, Municipal 2015-2020 (em bi R\$)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
ESFERAS	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
FEDERAL	1.790.000	1.863.805	1.828.642	1.925.133	1.751.079	1.260.149
ESTADUAL	2.322.048	2.246.806	2.338.819	2.504.970	2.375.143	3.592.033
MUNICIPAL	4.098.167	3.909.979	4.238.255	4.690.086	5.432.229	4.902.251
TOTAL	8.210.215	8.020.590	8.405.717	9.120.189	9.558.451	9.754.433

Fonte: (SIIC IBGE, 2021)

A tabela 1 evidencia que ao longo do período analisado as despesas totais com cultura no país saltaram de 8.210.215 bilhões em 2015 para 9.754.433 bilhões em 2020, uma diferença de pouco mais de um bilhão e meio de reais, com uma leve redução da despesa orçamentária apenas no ano de 2016, ou seja, o período marca um crescimento de 18,8%, por sua vez, a taxa de crescimento médio anual no período é de 2,92%.

Essa trajetória de crescimento também é observada na esfera municipal e estadual. Em relação aos municípios o crescimento foi em torno de 19,62% quando comparado 2015 com 2020, e a taxa de crescimento médio anual é de 3,04% para o período analisado. Em relação aos estados, o crescimento foi de 54,7% comparando os anos de 2015 e 2020, e a taxa de crescimento médio anual foi de 7,54% ao ano. Os anos de 2016 e 2020 marcam pontos de inflexão nas despesas dos municípios brasileiros, e os anos de 2016 e 2019 nos estados brasileiros.

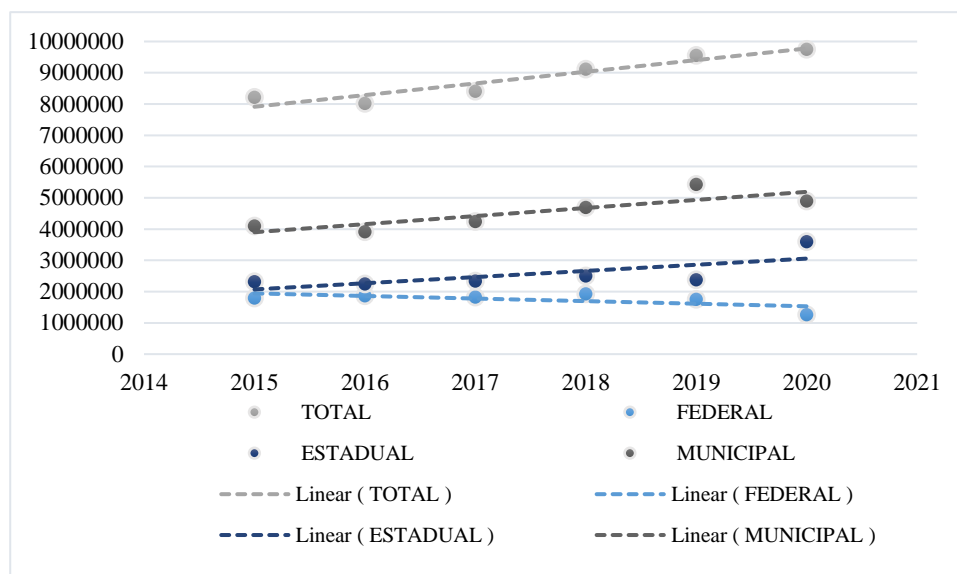
Em relação à esfera federal os dispêndios com cultura ao longo do período analisado são marcados por oscilações, todavia o gasto com cultura é reduzido em 29,6% entre 2015 e 2020, evidenciando uma taxa de decréscimo anual dos recursos voltados para o setor cultural de 5,70% ao ano. Os anos 2019 e 2020 refletem o período com maior inflexão orçamentária do governo federal.

Ainda sobre as despesas governamentais, o gráfico 1 corrobora com as análises iniciais da tabela 1 e evidencia a tendência dos gastos públicos para o período analisado. Observa-se que os comportamentos dos gastos públicos com cultura são crescentes tanto em nível total, ou seja, considerando os gastos das três esferas governamentais, quanto em análise isolada para as esferas estadual e municipal. Por outro lado, a tendência dos gastos para a esfera federal mostrou-se decrescente ao longo do tempo.

Para análise dos períodos de redução nas somas de recursos despendidos pelas esferas governamentais ao setor cultural, convém ressaltar os processos dinâmicos conjunturais e institucionais vivenciados pela economia brasileira ao longo do período em análise. Além da recessão econômica, o ano de 2016 é marcado pelo impeachment da então presidente Dilma Rousseff, trazendo instabilidade econômica e orçamentária não apenas para o setor cultural, mas para toda economia brasileira.

Além da instabilidade econômica que marca o período, a pasta da Cultura passa a ser afetada por significativa rotatividade de seus gestores culminando com a extinção do Ministério da Cultura em 2019, sendo transformada em Secretaria Especial de Cultura, inicialmente vinculada ao Ministério da Cidadania, e atualmente ao Ministério do Turismo, refletindo também instabilidade institucional do setor cultural brasileiro, o que por sua vez, talvez seja um dos fatores que explique a tendência de queda dos dispêndios da esfera federal observada no gráfico 1 para o período.

Gráfico 1 – Tendência das despesas com cultura (2015-2020)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SIIC-IBGE (2021)

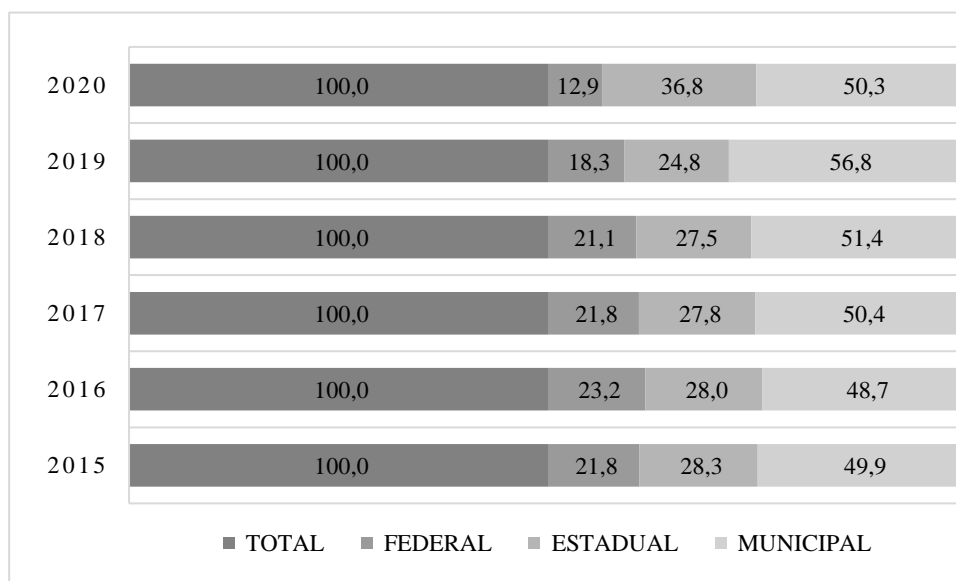
Ademais, o ano de 2020 foi marcado pela crise sanitária global, causada pelo Covid-19. Os efeitos deletérios provocados pela pandemia se estenderam pelos diversos setores das economias nacionais, incluindo o setor criativo e cultural, afetando tanto as atividades desenvolvidas quanto os níveis de emprego. Diante desse contexto, foi aprovada a Lei Aldir Blanc (Lei n. 14.017/2020) com ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, com recursos da ordem de 3 bilhões a serem repassados aos estados e municípios, embora seja importante destacar que os repasses emergenciais não foram registrados na função cultura, mas como encargos especiais.

Esse fato inicialmente pode levar a compreensão do porquê no ano de 2020 apenas os estados mantiveram o ritmo de crescimento das despesas com o setor cultural, enquanto os municípios tiveram redução significativa das suas despesas orçamentárias. Por outro lado, tal fato auxilia a compreensão de que sem o repasse emergencial do governo federal os efeitos sobre o setor cultural teriam sido maiores especialmente para os agentes culturais e criativos dos municípios brasileiros.

Ainda com base nos dados da tabela 1, o gráfico 2 expõe a proporcionalidade em termos de participação percentual de cada esfera governamental nas despesas totais com cultura na economia brasileira entre 2015 e 2020. Embora as taxas mais expressivas de crescimento para o período em análise sejam da esfera estadual, observa-se que os municípios são os responsáveis por basicamente metade das despesas com cultura no Brasil (part. máx. 56,8% em 2019 e part. mín. 48,7% em 2016) com amplitude de 8,1%, refletindo uma dispersão relativamente baixa em termos de participação em relação às despesas totais.

Por sua vez, os estados ocupam a segunda colocação na ordem das despesas com cultura (part. máx. 36,8% em 2020 e part. mín. 24,8% em 2019) com amplitude de 12%, refletindo um grau de dispersão da participação maior do que os municípios. O governo federal ocupa a terceira posição em relação ao peso dos dispêndios com cultura na economia brasileira com (part. máx. 23,2% em 2016 e part. mín. 12,9% em 2020) com amplitude de 10,3%. Embora a participação dos gastos entre os entes federados esteja referida ao total dos gastos com cultura, é importante destacar que os investimentos com cultura são diversos não sendo possível a partir desses gastos gerais analisados, observar a participação de cada atividade cultural e criativa de forma específica dentro dos gastos efetivos governamentais.

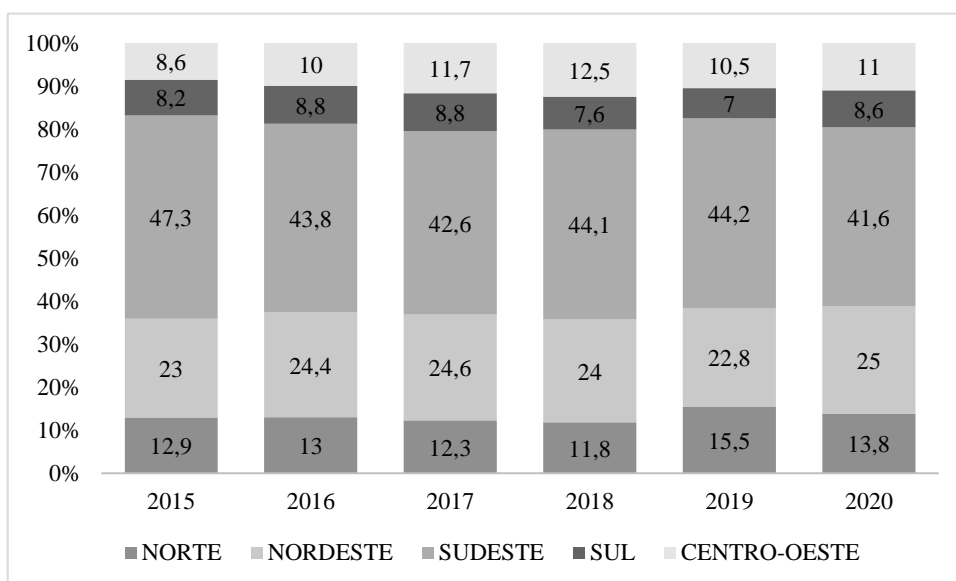
Gráfico 2 – Participação percentual de cada esfera sobre total de despesa (2015-2020)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SIIC-IBGE (2021)

Os resultados inicialmente observados no gráfico 2, auxilia na construção do perfil de governabilidade entre os entes federativos, com maior atuação e ênfase na promoção e valorização da cultura no país. Os dados revelam que, embora os municípios brasileiros em sua grande maioria enfrentam desafios na gestão orçamentária e alocação dos recursos, os mesmos assumem na conjuntura recente o papel de principais difusores da cultura. Adicionalmente, os dados evidenciam que embora os estados ocupem a segunda colocação nesse cenário sua participação tem alta dispersão, ou seja, revela certa instabilidade, ora com dispêndios mais expressivos, ora menos expressivos. Em relação ao governo federal, a participação no total dos gastos reflete a tendência relativamente baixa e decrescente já observada nas análises anteriores. Adicionalmente o gráfico 3 apresenta a participação percentual das grandes regiões brasileiras.

Gráfico 3 - Despesa com cultura por grandes regiões em (%) a partir dos gastos regionais 2015-2020



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SIIC-IBGE (2021)

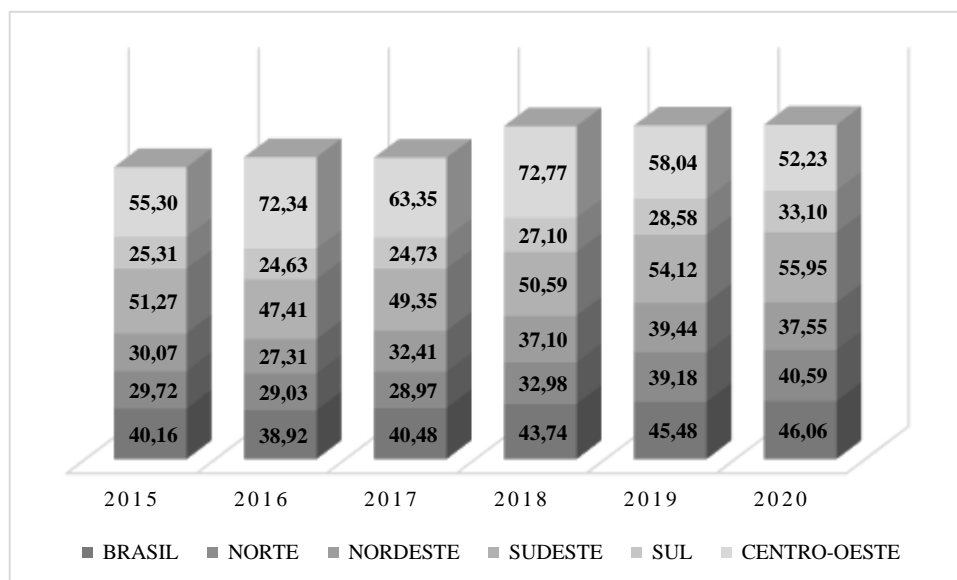
Embora entre 2015 e 2020 o nível de participação oscile em todas as regiões é possível observar que com exceção da região Sudeste, as demais regiões elevaram sua participação nas despesas públicas voltadas para o setor cultural. A região Centro-oeste saiu de 8,6% em 2015 para 11% em 2020, com destaque para o Distrito Federal que lidera os vultos de gastos com cultura na região. O Sul é a região brasileira que apresenta a menor participação com dispêndios culturais não ultrapassando 9% sua participação, todavia seus gastos também cresceram no período observado saindo de 8,2% em 2015 para 8,6% em 2020, com destaque para o estado do Rio Grande de Sul, seguido do estado do Paraná.

A região Sudeste destaca-se entre as regiões com maiores gastos no conjunto de ações culturais regional e brasileira, porém seus gastos diminuíram no período em análise saindo de 47,3% em 2015 para 41,6% em 2020. Mesmo em face dessa redução, o Sudeste é a região que concentra pouco mais de 40% dos gastos regionais com cultura no Brasil. O estado que se destaca nessa região é São Paulo que concentra mais da metade dos recursos gastos, em 2020 dos 41,6% despendido pela região 27,8% foi de responsabilidade do estado de São Paulo.

A região Nordeste ocupa a segunda posição no *ranking* e os gastos da região com cultura saíram de 23% em 2015 para 25% em 2020. Os estados com maior destaque na região são Bahia, seguido por Pernambuco e Maranhão. A região Norte saiu de 12,9% em 2015 para 13,8% em 2020 com destaque para os estados do Pará e Amazônia que lideram os vultos de gastos com cultura na região.

Ainda no âmbito da análise regional o gráfico 4 apresenta a despesa per capita consolidada com cultura no Brasil e nas regiões brasileiras. De modo geral, os programas orçamentários governamentais se refletem especialmente em ações voltadas para a sociedade, e por isso, observar a distribuição per capita do orçamento torna-se importante. Em 2015 o Brasil despendia R\$ 40,16 com cultura por cidadão, em 2020 o dispêndio saltou para R\$ 46,06 um crescimento de 14,70% em torno de R\$ 6,00.

Gráfico 4 - Despesa per capita consolidada com cultura Brasil e Regiões em (R\$) 2015-2020



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SIIC-IBGE (2021)

Com exceção do Centro-oeste as demais regiões elevaram significativamente o gasto per capita com cultura. O Norte se destaca com um crescimento de 36,6%, saltando de R\$ 29,72 em 2015 para R\$ 40,59. Por sua vez, a região Nordeste apresentou um crescimento do gasto

per capita com cultura de 24,9% saindo, de R\$ 30,07 para R\$ 37,55. O Sudeste também assume posição de destaque regional em relação ao dispêndio per capita com cultura, embora o crescimento para o período em análise seja de apenas 9,1% , saindo de R\$ 51,27 em 2015 para R\$ 55,95 em 2020.

Por outro lado, a região Sul é a região que apresenta o menor dispêndio per capita com cultura, mesmo com o crescimento de 30,8% superior ao crescimento do Nordeste, sudeste e também nacional, ficando atrás apenas da região Norte. Em sentido oposto, a região Centro-oeste que apresentava no período 2016 a 2019 valores expressivos de renda per capita chegando a R\$ 72,77 em 2018, apresentou um declínio significativo de 5,5% quando comparado 2015 com 2020, em valores absolutos a renda per capita saiu de R\$55,30 em 2015 para R\$ 52,23.

Em linhas gerais, a análise das despesas governamentais com cultura por região fornece importantes considerações. Inicialmente a dinâmica de concentração regional é claramente observável e ao longo dos últimos anos basicamente não houve mudanças significativas nessa estrutura. A região Sudeste possui o maior dispêndio per capita, mesmo apresentando a menor taxa de crescimento deste indicador no período em análise. Ao mesmo tempo, também é a região com maior gasto orçamentário voltado para o campo cultural. Um dos fatores que podem explicar o fato dessa maior concentração no Sudeste refere-se à atratividade com maiores oportunidades para a classe criativa e cultural, além de ser a região com maior concentração de grandes grupos e empreendimentos desses setores.

Por sua vez, as regiões Nordeste e Norte ocupam a segunda colocação no ranking das despesas públicas com cultura respectivamente, e em termos per capita as posições se invertem. Embora sejam as regiões com indicadores socioeconômicos relativamente baixos, o dispêndio orçamentário mais elevado na área de cultura pode ser explicado pelas manifestações culturais tradicionais que são reconhecidas como patrimônio imaterial e que se apresentam de forma muito forte nas dinâmicas socioculturais de tais regiões.

Esse cenário de concentração de gastos públicos no país, leva a questionamentos sobre a democratização da cultura (LEE, 2022), que em teoria, teriam a cultura e criatividade como canal para isso. Esse problema de centralização de investimentos é um fator que pode inibir a contribuição da economia cultural e criativa em um determinado contexto (WARREN; JONES, 2015).

Assim, de modo geral observa-se que os gastos totais com cultura considerando as esferas governamentais, cresceram no período em análise, porém, em uma análise particularizada evidencia-se que a participação da esfera federal vem se reduzindo ao longo do tempo, por outro lado, os municípios apresentam-se como sendo o principal agente governamental incentivador e motivador da cultura, responsável por cerca de 50% dos gastos com cultura na economia brasileira. Os estados, por sua vez, apresentam participação oscilante, com períodos em que se observa expressivos gastos com cultura, mas também com períodos de significativa redução da participação, assumindo um papel de coadjuvante na dinâmica de incentivo e fomento à economia cultural e criativa no país.

A baixa participação do governo federal na promoção da economia cultural e criativa pode ser um fator que dificulta a participação desses setores na economia. Já foi visto que, ambos têm potencial contributivo para o crescimento econômico, principalmente em países em desenvolvimento (FAHMI; MCCANN; KOSTER, 2017), mas é necessário a atuação do Estado, como agente investidor, regulador e minimizador de possíveis efeitos negativos que podem vir a ocorrer neste setor (VENCATACHELLUM, 2019).

As análises apresentadas, realçam um contexto preliminar dos gastos públicos para o campo cultural brasileiro, sendo essencial aprofundar a temática com o intuito de compreender as dinâmicas orçamentárias brasileiras voltadas para economia cultural e criativa, especialmente diante das transformações conjunturais no período atual, considerando também não apenas o dispêndio público em si mesmo, mas observando os direcionamentos dos gastos bem como, o

monitoramento e o cumprimento dos seus objetivos com a intenção de garantir o sucesso da política pública, em outros termos, é necessário pensar o dispêndio público sob o aspecto qualitativo.

Ademais, em meio aos desdobramentos da pandemia do Covid-19, torna-se essencial discutir as dinâmicas orçamentais e de dispêndio público, com o intuito de recuperar os níveis de gastos públicos em cultura pré-pandemia. De maneira que, a autoridade governamental é responsável por garantir os níveis de recuperação econômica, assim como, legalmente é responsável por garantir o apoio, o incentivo, a valorização e a difusão das manifestações culturais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa atinge seu objetivo de traçar um panorama recente dos gastos públicos voltados para o setor cultural e criativo no âmbito da economia brasileira na medida que fez o mapeamento dos gastos com economia cultural e criativa no Brasil, para os anos de 2015-2020, tendo sido analisados os gastos no âmbito dos três entes federativos.

Observou-se que, inicialmente que os gastos com cultura e criatividade fazem parte de uma grande pasta de despesas enfatizando a cultura. De forma genérica, a cultura engloba todas as ações relacionadas à preservação de patrimônio, aos aspectos artísticos, eventos, aspectos simbólicos, entre outros. Inclusive, os gastos com criatividade estão dentro dessa grande pasta, não sendo possível, pelos menos à primeira vista, desmembrar os gastos com cultura, sem uma análise mais detalhada de documentos e contas públicas. Logo, evidencia-se que a preocupação com a criatividade fica resumidamente a alguns aspectos de cunho criativos, que são adicionados às ações culturais.

Foi identificado, em linhas gerais, que nos últimos anos o comportamento dos gastos públicos efetivos com cultura é crescente tanto em nível total, ou seja, considerando os gastos das três esferas governamentais, quanto em análise isolada para as esferas estadual e municipal. Por outro lado, a tendência dos gastos para a esfera federal mostrou-se decrescente ao longo do tempo. Assim, o gasto efetivo total com cultura e criatividade no país cresceu 18,8%. Nas esferas municipal e estadual o crescimento foi de 19,62% e 54,7% respectivamente, enquanto que na esfera federal o gasto com cultura é reduzido em 29,6% entre 2015 e 2020.

Além disso, foi observado que, o governo federal é responsável pela menor parcela dos recursos despendidos com cultura no país, com redução dessa participação ao longo do tempo. Em 2015 esse percentual foi de 21,8% já em 2020 foi reduzido para 12,9%. Os municípios lideram o ranking de participação, com 49,9% de participação em 2015 e 50,3% em 2020, seguido pelos estados que ocupam a segunda colocação na ordem das despesas com cultura com uma parcela de 28,3% em 2015 e 36,8% em 2020.

Assim, embora as taxas mais expressivas de crescimento para o período em análise sejam da esfera estadual, observa-se que os municípios são os responsáveis por basicamente metade das despesas com cultura no Brasil sendo o principal agente governamental incentivador da cultura no país. Cabe ainda destacar que tanto em valores absolutos quanto em termos relativos, mesmo em face das maiores taxas de crescimento para o período, os estados apresentam participação oscilante, com períodos em que se observa expressivos gastos com cultura, mas também com períodos de significativa redução da participação.

Em termos regionais, evidenciou-se que a dinâmica de concentração regional é claramente observável e que ao longo dos últimos anos basicamente não houve mudanças significativas nessa estrutura, evocando questionamentos acerca da necessidade de democratização da cultura. Em escala ordinal a região Sudeste possui o maior dispêndio em valores gastos e também em termos per capita, seguida pelas regiões Nordeste, Norte, Centro-oeste e Sul, respectivamente.

Assim, de modo geral, mesmo em meio ao crescimento efetivo dos gastos governamentais com cultura e criatividade no país nos últimos anos, observou-se que os investimentos e incentivos ao setor ainda encontram-se distantes sobretudo, diante do potencial significativo que este setor possui, e que pode contribuir de forma singular para a concepção e a implementação de estratégias voltadas à promoção do crescimento econômico, podendo inclusive atuar em conjunto com outros setores da economia, especialmente diante dos atuais desdobramentos provenientes do cenário pandêmico.

Um reflexo nítido desse distanciamento foi observado através da diminuição da participação e dos vultos em recursos voltados ao setor por parte do governo federal, deixando transparecer a redução do papel cultural no conjunto das prioridades gerenciais e de investimento do mesmo. Esse reflexo também se torna perceptível não apenas no nível financeiro e orçamentário do governo, mas também a nível institucional. A pasta da Cultura passou a ser afetada por significativa rotatividade de seus gestores culminando com a extinção do Ministério da Cultura em 2019, sendo transformada em Secretaria Especial de Cultura, inicialmente vinculada ao Ministério da Cidadania, e atualmente ao Ministério do Turismo, refletindo assim, a instabilidade institucional do setor cultural brasileiro.

Nesse contexto, cabe realçar a importância de que os recursos dispendidos se materializam em efetivas políticas públicas que visem beneficiar e alavancar as organizações e os trabalhadores da economia cultural e criativa, levando-se em consideração as especificidades de cada setor, as necessidades do mercado de trabalho que compõe tais setores e a amenização das diferenças e concentrações regionais.

A presente pesquisa contou com limitações de ordem da dependência por dados secundários, no qual, por questões de tempo, não foi possível a análise aprofundada dos dados disponíveis. Desta forma, a análise foi pautada nos gastos gerais, que fazem parte da grande pasta de gastos com cultura. Também não foi possível a análise dos desmembramentos desses gastos para criatividade e para os demais entes federados.

Por fim, o presente estudo trata-se de uma pesquisa introdutória acerca de um panorama dos gastos públicos com cultura e criatividade, não pretendendo se esgotar as possibilidades de análise, mas sim, evidenciar a complexidade e a urgência do debate acerca do setor cultural e criativo, sobretudo, em perspectiva brasileira. Nesse sentido, surgem alguns questionamentos que podem subsidiar análises futuras como por exemplo, a dinâmica de eficiência e eficácia do gasto público no setor cultural e criativo, a qualidade e efetiva fiscalização dos gastos públicos do setor cultural e criativo, um estudo comparativo entre o incentivo e fomento à cultura no país via renúncia fiscal e via orçamento direto, impacto orçamentário da economia cultural e criativa para a sociedade e o meio ambiente, e a necessidade de se identificar e detalhar contas e gastos diretamente relacionado ao setor criativo no âmbito da economia brasileira.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 de maio de 2022.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Presidência da República - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L8313orig.htm

BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020a. Aldir Blanc. Brasília, Disponível em: in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628.

BRASIL. Secretaria de Orçamento e Finanças. Manual de elaboração do orçamento: Anexo II.1: programa. Brasília, DF, 1999.

CASTELLS, Manuel; MAJER, Roneide Venâncio; GERHARDT, Klauss Brandini. **A sociedade em rede**. Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

CAVES, R. Contracts between arts and commerce. **The Journal of Economic Perspectives**, v.17, n. 2, p. 73-84, 2000.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL)/ Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação. A Ciência e a Cultura (OEI), "A contribuição da cultura para o desenvolvimento econômico na Ibero-América", Madri, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), 2021.

CORAZZA, Rosana Icassatti. Criatividade, inovação e economia da cultura: abordagens multidisciplinares e ferramentas analíticas. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 12, n. 1, p.207-231, 2013.

FAHMI, Fikri Zul; MCCANN, Philip; KOSTER, Sierdjan. Creative economy policy in developing countries: The case of Indonesia. **Urban Studies**, v. 54, n. 6, p. 1367-1384, 2017.

FGV. Relatório sobre os impactos econômicos da covid-19 economia criativa, FGV, junho, 2020. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/economiacriativa_formatacaosite.pdf Acesso em: 25 de maio de 2022.

FIRJAN. Mapeamento da indústria criativa no Brasil: ambiente socioeconômico. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2019. 24p

FLORIDA, R. **The rise of the creative class. And how it's transforming work, leisure and everyday life**. New York: Basic Books, 2002.

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. **Redes sociais e poder local**. EDUFPE, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODART, Frédéric; SEONG, Sorah; PHILLIPS, Damon. The Sociology of Creativity: Elements, Structures, and Audiences. **Annual Review of Sociology**, v. 46, 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. edições Loyola, 1992.

HENKIN, Hélio; PAES, Lucas; VALIATI, Leandro. **Mapeamento do sistema federal de incentivo e fomento à cultura**. In: Economia criativa, cultura e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016.

HOWKINS, J. **Creative economy: how people make money from ideas**. Penguin Global, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SIIC. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9388-indicadores-culturais.html?=&t=resultados> Acesso em jun de 2022.

KONG, Lily. From cultural industries to creative industries and back? Towards clarifying theory and rethinking policy. **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 15, n. 4, p. 593- 607, 2014.

LANDRY, C. *The creative city: a toolkit for urban innovators*. New York: Routledge, 2008 [2000].

LEE, Hye-Kyung. Rethinking creativity: creative industries, AI and everyday creativity. **Media, Culture & Society**, v. 44, n. 3, p. 601-612, 2022.

PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de; SOUZA LEÃO, André Luiz Maranhão de; CARVALHO, Sérgio Benício de Mello. **Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração**. Revista de Ciências da Administração, vol. 13, núm. 31, mayo-agosto, 2011, pp. 190-209.

PELTONIEMI, Mirva. Cultural industries: Product–market characteristics, management challenges and industry dynamics. **International journal of management reviews**, v. 17, n. 1, p. 41-68, 2015.

PETTIGREW, Andrew M. (Ed.). **Innovative forms of organizing: International perspectives**. Sage, 2003.

RECKWITZ, A. **The invention of creativity: Modern society and the culture of the new**. John Wiley & Sons, 2020.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

UCTD - Relatório de Economia Criativa 2010. Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável. Disponível em https://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 29/06/2022.

UNESCO. Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural. 2001.

VENCATACHELLUM, Indrasen. Prospects for Cultural Heritage Promotion Within the Creative Economy Framework. **Journal of Heritage Management**, v. 3, n. 2, p. 223-230, 2019.

WARREN, Saskia; JONES, Phil. Local governance, disadvantaged communities and cultural intermediation in the creative urban economy. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 33, n. 6, p. 1738-1752, 2015.